



**EDITAL**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2011**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

A Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, com sede à Rua Juventino França de Moraes, 19, Centro, São Cristóvão do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.991.261/0001-27, inscrição estadual isenta, através do Pregoeiro oficial do Município de São Cristóvão do Sul, nomeado pelo Decreto 860/2011, comunica aos interessados que será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação referente ao Pregão Presencial n.º 15/2011, **do tipo menor preço por item**, nos termos do presente Edital e seus anexos, de acordo com o disposto na Lei Federal 10.520/2002, Lei Municipal 330/2005 c/c o Decreto Municipal 402/2005 e, subsidiariamente pela Lei Federal 8.666/93 com suas alterações.

A Sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação iniciar-se-á às 9:00 do dia 04/03/2011, na sala do Departamento de Compras, localizada junto a sede do Município no Rua Juventino França de Moraes, 19, Centro, São Cristóvão do Sul/SC.

Declarada aberta a Sessão pelo Pregoeiro não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

### **1. DO OBJETO**

1.1. O presente certame tem por objeto a “**Aquisição de um trator agrícola de pneu e equipamentos agrícolas**”, convênio CT 0313666-67/2009 - PRONAT, conforme descrição detalhada na Proposta Comercial de Preços - **Anexo I**, do presente Edital.

1.2. Fazem parte integrante do Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Proposta Comercial de Preços;

Anexo II - Modelo de Declaração, conforme o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

Anexo III - Modelo de Procuração;

Anexo IV - Modelo de Declaração Negativa de Fatos Impeditivos à Habilitação;

Anexo V - Minuta de Contrato;

1.3. O objeto desta licitação deverá ser de fabricação nacional, presente o princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

1.4 - A(s) empresa(s) adjudicada(s) que não for estabelecida na sede do município de São Cristóvão do Sul, deverá disponibilizar o serviço de assistência técnica em local cuja sede esteja no Estado de Santa Catarina.

### **2. DOS PARTICIPANTES**

2.1. Além dos casos previstos no art. 9º da Lei 8.666/93, não poderão participar da licitação empresas que por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas para licitar ou firmar contratos com a Administração Pública.

2.2. Só poderão participar desta licitação empresas especializadas e em cujos atos constitutivos constem, como objeto, atividade relacionada com o presente edital, não sendo admitida a participação de empresas em consórcio.

### **3. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES**

3.1. O credenciamento se dará junto ao Pregoeiro por um sócio munido de documento de identidade e Contrato Social/Estatuto ou por um representante munido do Modelo de



Procuração – **Anexo III**, devendo este, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, bem como o Contrato Social/Estatuto da empresa licitante.

3.1.1. O Contrato Social/Estatuto da empresa licitante poderá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº 8.666/93.

3.2. Se o licitante não credenciar um representante para o ato, estará abdicando do direito de fazer lance e, principalmente, de recorrer dos atos do pregoeiro.

3.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa licitante neste PREGÃO, sob pena de exclusão sumária dos representados.

#### **4. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS**

4.1. A Proposta Comercial e a Documentação de Habilitação exigidos neste Edital deverão preferencialmente ser entregues em envelopes distintos e fechados, contendo as seguintes indicações:

**ENVELOPE Nº 1 –  
PROPOSTA COMERCIAL  
NÚMERO DO EDITAL 25/2011  
PREGÃO PRESENCIAL 15/2011  
RAZÃO SOCIAL**

**ENVELOPE Nº 2 –  
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
NÚMERO DO EDITAL 25/2011  
PREGÃO PRESENCIAL 15/2011  
RAZÃO SOCIAL**

4.2. Os licitantes deverão apresentar junto com a Proposta Comercial, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, de acordo com o modelo constante do **Anexo IV**, deste Edital.

#### **5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS -**

##### **ENVELOPE Nº 1**

5.1. São requisitos da proposta:

a) apresentar a Proposta Comercial de Preços – **Anexo I**, devidamente preenchida, contendo o valor em Reais, nos quais já deverão estar incluídos todos os custos para a prestação do serviço ora licitado, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação, considerando no preço a entrega do objeto junto a sede do Município;

b) ser impressa ou manuscrita em língua portuguesa, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo, preferencialmente conter: razão social, CNPJ, endereço, número de telefone, número de fax da empresa licitante e dados bancários;

c) conter a assinatura do responsável;

d) conter o prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar do dia da sessão de recebimento dos envelopes.

e) Conter declaração da empresa do local onde ocorrerá a assistência técnica de acordo com o item 1.4 deste Edital, indicando na declaração a cidade e o estado do local da assistência técnica.



## 6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Depois de abrir as propostas, o Pregoeiro verificará sua conformidade com os requisitos do edital e seus anexos, examinará a aceitabilidade quanto aos preços apresentados e procederá à classificação daquela que apresentar o menor preço em cada um dos itens e daquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente ao menor preço, para participarem dos lances verbais.

6.2. As propostas que não estejam de acordo com as exigências deste Edital e anexos serão desclassificadas.

6.2.1. Poderão ser usadas três casas decimais após a vírgula no preço unitário e duas casas decimais após a vírgula no preço total.

6.3. Para fins do que dispõe o art. 48, inciso II da Lei 8.666/93, o Pregoeiro poderá exigir a apresentação da planilha de custos na abertura das propostas bem como após a fase de lances, na própria Sessão.

6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas comerciais de preço nas condições do item 6.1, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço em cada um dos itens, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas.

6.5. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida através de sorteio.

6.6. Aos licitantes classificados conforme os itens 6.1 e 6.4, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

6.6.1 Caberá ao Pregoeiro a definição e/ou alteração de valores mínimos na fase de lances verbais.

6.7. – A classificação das propostas prevista nos itens 6.1 e 6.4 será realizado em função do “MENOR PREÇO POR ITEM”, classificando-se as licitante cujas proposta estiverem de acordo com as especificações do Edital e ofertar o menor preço por item, respeitado o disposto no item 6.1 e/ou 6.4.

6.8. Caso não se realizem lances verbais, verificada a conformidade entre a proposta de menor preço global, as exigências do Edital e ainda, o preço estimado para a contratação, o Pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades do item 11 deste Edital.

6.10. Quando não houver mais lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério do **menor preço por item**.

6.11. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao preço apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e anexos.

6.12. Sendo aceitável a oferta, e encerrado a etapa competitiva de todos os itens, será verificado o atendimento das condições habilitatórias - item 7, do proponente. Se não aceitável, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, prosseguindo-se o certame.

6.13. Ocorrendo a hipótese dos itens 6.11 e 6.12, será lícito ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para obtenção de melhor preço.

6.14. Se todas as propostas forem desclassificadas e/ou inabilitadas o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas, escoimadas das causas da desclassificação e/ou inabilitação.

6.15. Ainda durante a sessão pública do pregão, o licitante declarado vencedor deverá readequar seu preço, com as modificações necessárias para sua adaptação ao novo preço proposto, se for o caso.



## **7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO-ENVELOPE Nº 2**

### **7.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá de:**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores ou ainda Registro empresarial, no caso de empresa individual.
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- c) Declaração, em papel timbrado ou em folha com o carimbo do CNPJ, do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme o **ANEXO II**, deste Edital.

### **7.2. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá de:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual, expedida pelo órgão competente;
- e) Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa Municipal da sede do município;
- h) Certidão Negativa Municipal do Município de São Cristóvão do Sul.

### **7.3. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá de:**

- a) Declaração da empresa de que está ciente e de acordo com as cláusulas do Edital;

7.4. Todos os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº 8.666/93.

7.5. Para certidões emitidas que não tenham, de forma explícita, o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir de suas emissões devendo estar válidas na data de abertura dos envelopes de documentos de habilitação.

## **8. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

8.1. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o Envelope nº 2 – Habilitação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, sendo que se classificará em primeiro lugar a licitante cuja proposta estiver de acordo com as especificações do Edital e ofertar ao final, o menor preço por item.

8.2. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro prosseguirá com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para



apresentar razões de recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.3. O acolhimento de recurso, ou a reconsideração do Pregoeiro, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

9.5. Constarão da ata do PREGÃO a ser assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio e pelos licitantes presentes que desejarem, os fatos que ocorrerem na sessão pública, os valores das propostas escritas, os valores dos lances verbais oferecidos, com os nomes dos respectivos ofertantes, as justificativas das eventuais declarações de inaceitabilidade e desclassificação de propostas, bem como da inabilitação e os fundamentos da adjudicação feitos pelo Pregoeiro.

## 10. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Ao vencedor do certame será enviado o Contrato que deverá, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento, providenciar as assinaturas necessárias e devolvê-lo à **MUNICÍPIO**.

10.2. No caso de o convocado não assinar o contrato ou recusar-se a fazê-lo no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 5% (cinco por cento) do valor estimado para esta licitação, a **MUNICÍPIO** se reserva o direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação e o disposto no inciso XXIII do art. 4º da Lei 10.520/02.

10.3. As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas também na Minuta do Contrato constante do **Anexo V**, deste Edital.

10.4. No ato da assinatura do Contrato, a Contratada deverá indicar um preposto responsável pela sua representação institucional junto ao **MUNICÍPIO**.

10.5. O prazo de vigência do Contrato será contado a partir da data de sua assinatura, até 04/06/2011 ou quando da liberação dos recursos por parte da OGU, oriundos do convênio CT 0313666-67/PRONAT.

10.6. Somente será(ão) paga(s) a(s) nota(s) fiscal(is) emitida pela própria empresa adjudicada(s), devendo na mesma constar:

- a) a descrição completa do equipamento que comprove que o objeto da proposta atende as especificações mínimas exigidas por este edital;
- b) o número do convênio e do programa, da seguinte forma: "CT 0313666-67/PRONAT".

10.7. A empresa adjudicada está obrigada a emitir a nota fiscal eletrônica.

## 11. DAS SANÇÕES

11.1. O licitante que desistir do lance ofertado, conforme definido no subitem 6.9, estará sujeita às seguintes penalidades:

a) suspensão do direito de licitar e contratar com a **MUNICÍPIO**, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo de outras penalidades;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor global de sua proposta comercial;

11.2. As penalidades só não serão aplicadas se a desistência ocorrer em razão de fato superveniente ou justificável e aceito pelo **MUNICÍPIO**.

11.3. As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

11.4. O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.



## **12. DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

12.1. Os interessados na presente licitação poderão retirar cópia do Edital no departamento de compras do **MUNICÍPIO**, com sede à Rua Juventino França de Moraes, 19, Centro, São Cristóvão do Sul/SC, nos dias úteis, das 08:00h as 17:00 h, ou ainda na internet no endereço [www.pmsc.sc.gov.br](http://www.pmsc.sc.gov.br).

12.2. O licitante poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão, desde que o faça até 48 horas antes da data e hora marcada para o início do Pregão.

12.2.1. A petição deverá ser encaminhada por escrito, devendo ser entregue pessoalmente na sede do Município endereçado ao Pregoeiro Oficial, ou através do fax (49) 3253-1200 em dias úteis das 08:00h as 17:00 h.

12.3. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência com a suspensão da sessão, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

12.4. A licitação não implica proposta de contrato por parte do **MUNICÍPIO**. Até a assinatura do Contrato poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Secretário de Administração e Finanças do **MUNICÍPIO** tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

12.5. Fica reservado ao Prefeito Municipal de São Cristóvão do Sul, o direito de revogar ou anular parcial ou totalmente o presente Pregão, sem qualquer direito de indenização aos licitantes.

12.6. No preço estipulado e apresentado na Proposta comercial devem estar computados todos os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

12.6.1. O município poderá não homologar e adjudicar o bem, objeto da presente licitação, caso o preço seja manifestadamente superior ao preço de mercado.

12.7. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.  
São Cristóvão do Sul, 16 de fevereiro de 2011.

**JAIME CESCA**  
Prefeito Municipal

**ADRIANA DE SOUZA WOLINGER**  
Pregoeira Oficial

**De acordo com o art. 38 Parágrafo Único da Lei 8.666/93  
com suas alterações dou o presente como aprovado.**

**RICARDO STANGUERLIN**  
Advogado